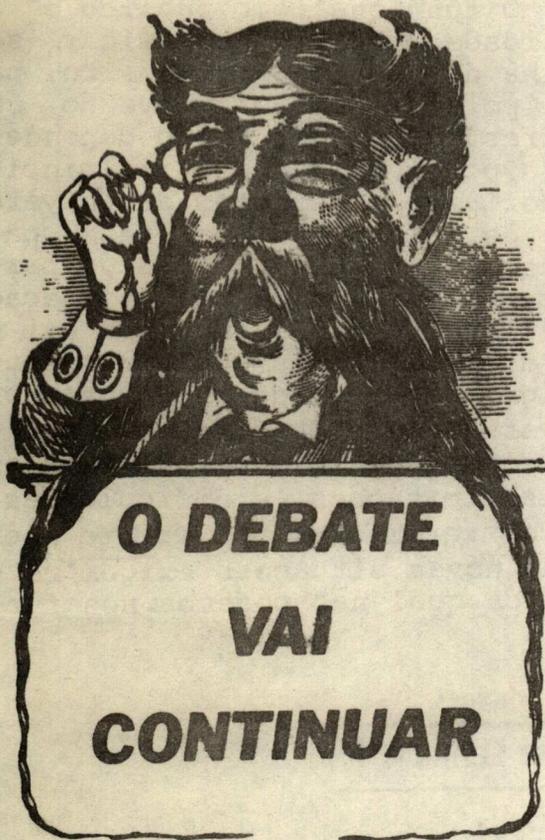


Tua cópia (caixa)

# adunicamp

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNICAMP

DEZEMBRO DE 1982.



## SIMPOSIO

**Democracia**

**ANDES**

# CAMPANHA SALARIAL

**reforma**

**dos Estatutos**

**ensino público e gratuito: direito de todos, dever do estado.**

O ano de 1982 tem sido marcado por acontecimentos de grande importância para a vida do país e de nossa Universidade. Dentre eles, a manifestação da clara vontade oposicionista em 15 de novembro abre perspectivas novas quanto ao governo de São Paulo e de outros 9 Estados. Não teremos mais em São Paulo um governador ao estilo de Maluf, que fazia questão de tratar as reivindicações populares como casos de polícia: seus grupos para-militares que operaram na Freguesia do Ó e no campus de Botucatu, assim como o solene desprezo que ele e seu sucessor empregaram no tratamento da Universidade são fatos dos quais o movimento democrático (na Universidade e fora dela) não deverão esquecer.

Se o futuro Governo Franco Montoro sugere novas perspectivas, devemos preparar nossas lutas a partir de uma avaliação coletiva desta nova situação política. A perspectiva é de negociação. Ela é também de dificuldades e de recursos escassos: o malufismo e a Paulipetro tiraram da mesa dos trabalhadores e dos funcionários

públicos, das escolas e da rede de saúde recursos que transferiram para as empresas que participaram da farça do petróleo paulista.

É indispensável que o novo governo, mesmo antes de sua posse, dê claros indícios tanto de sua intenção de negociar quanto das limitações dos recursos. O funcionalismo público e a Universidade precisam certificar-se do que há de real, de verdadeiro, na vontade política do novo governo e nos cofres do Estado. Disto dependerá nossa possibilidade de influenciar na definição dos rumos da Universidade, de difundir nossas teses para as demais universidades e de participar ativamente de uma situação democrática. Que é, aliás, uma exigência da maioria dos eleitores e uma antiga luta travada no interior da Universidade e em diversos setores da sociedade. Em que pesem as evidentes limitações e dificuldades que todos teremos pela frente em 1983, as novas situações exigem reflexão, da qual não podemos nos furtar.

## campanha salarial

As Associações de Docentes das três Universidades oficiais têm trabalhado em conjunto numa campanha salarial que não se encerrou com o resultado dos reajustes do início do ano. Desde então, a ADUNICAMP, a ADUNESP e a ADUSP vêm insistindo junto ao governo para que nossos salários sejam recompensados das diversas perdas acumuladas. Inúmeros pedidos de audiência foram encaminhados a Maluf e Marin; nossas diretorias foram recebidas por secretários do governo, mas nada de concreto foi conseguido. O desprezo, o pouco caso com nossas reivindicações continuaram com Marin como foram com Maluf.

O atual governador nada podia fazer antes das eleições, devido às eleições... Nada quer fazer depois, pois pouco poderá lucrar politicamente com reajustes ou recomposições salariais do funcionalismo aqueles grupos políticos que foram fragorosamente derrotados em 15 de novembro.

Ficaram sem repostas do governo Marim a reivindicação de 80% a partir de 1º de novembro, como recomposição de nossos salários. Do mesmo modo, o governo paulista não atendeu a reivindicação dos Reitores no sentido de aproximar nossas carreiras da estrutura de carreira da Magistratura, o que significaria um aumento médio aproximado de 40%.

Ainda assim, a Diretoria da ADUNICAMP continuará reivindicando com o atual governo. Faremos o que ainda for possível. E prepararemos as lutas de 1983 numa outra situação.

Desde já, os docentes estão convocados a participar de reuniões setoriais e gerais que a ADUNICAMP realizará entre janeiro e março, quando definiremos não apenas nossas reivindicações salariais (e outras), mas também a maneira como encaminharemos nossas lutas.

Os presidentes das três Associações de Docentes das Universidades Estaduais ( ADUSP , ADUNESP, ADUNICAMP) reunidos hoje, analisaram o estágio atual da campanha salarial, marcado pela recusasistemática do Governador Marin, tal qual seu antecessor, em receber as Associações de Docentes. As Associações voltam à mesma reivindicação pleiteada no início do ano, apenas corrigidos os seus índices à inflação deste período, conforme consta de documento enviado à Secretaria de Administração, da Fazenda e à Subchefia da Casa Civil. Contrariamente ao que afirmou certa feita o ex-governador, somos hoje os professores universitários do setor público com os piores salários do país. E ninguém pode negar às Universidades públicas de São Paulo o caráter de liderança na educação e pesquisa, responsáveis por cerca de 50% da produção científica do país.

É notório o descaso e insensibilidade do atual governo para com suas Universidades no momento em que o Ministério da Educação se dispõe a negociar com os docentes das autarquias federais em greve. É notório, igualmente, que mesmo os nossos Rei-

tores não tem merecido resposta aos pedidos de audiência com o Governador, para tratar da questão dos salários de docentes.

Foram examinadas as alternativas de continuidade da luta reivindicatória dos docentes das três universidades, no sentido de uma reposição salarial imediata. No tocante à sugestão de uma paralização no dia 30 próximo, surgida no interior da ADUNESP, será avaliada nas instâncias de deliberação das três Associações de Docentes.

A ADUNESP e ADUNICAMP manifestam sua solidariedade às reivindicações do presidente da ADUSP, de que o anteprojeto da carreira docente da USP, em fase de consultas às Congregações até 31 de dezembro, seja retirado para uma discussão ampla, democrática e não apressada.

Enfim, as três entidades manifestam sua irrestrita solidariedade aos colegas das autarquias federais em greve, sob a direção da ANDES.

SÃO PAULO, 22 de novembro de 1982.

---

e n c l a t

---

A Diretoria da ADUNICAMP esteve presente no ENCONTRO DA CLASSE TRABALHADORA (ENCLAT) nos dias 19/20 e 21 de novembro discutindo a renovação da COMISSÃO PRÓ-CUT.

Oportunamente a ADUNICAMP lançará um informe a respeito das conclusões.

# OS RESULTADOS DO SIMPÓSIO

O processo de tomada de decisão do corpo docente da UNICAMP sobre as reformas dos atuais Estatutos encontra-se agora numa fase de levantamento dos resultados obtidos pela Reitoria junto aos Departamentos. Ao mesmo tempo, devemos analisar as definições do nosso próprio trabalho, realizado através do Simpósio sobre Institucionalização e Democracia na UNICAMP, promovido pela ADUNICAMP.

O presente estudo tem um caráter ainda preliminar, devendo ser revisado em suas imprecisões. Ele trata

dos resultados obtidos no Simpósio, dividindo-se em duas partes: a composição dos órgãos colegiados e a carreira docente. Por último, levamos ao conhecimento dos docentes uma análise do projeto de modificações da atual carreira docente da USP: trata-se de um projeto extremamente conservador que pretende realizar aquilo que a Intervenção não conseguiu na UNICAMP: fechar a instituição universitária ao avanço das lutas democráticas.

Leia e confira.

## composição das congregações

O Simpósio proporcionou uma boa ocasião para que várias alternativas fossem apresentadas tanto à uniformidade rígida contida nos Estatutos para todas as congregações e colegiados quanto à representação igualitária proposta pela ADUNICAMP, que pressupunha a mesma representação para todos os níveis da carreira docente.

Foi aprovada a constituição de uma estrutura básica e mínima para as congregações, que possibilitará a cada Unidade adaptar a composição efetiva de sua congregação às suas reais necessidades e experiência histórica. Tal estrutura básica e nuclear é assim constituída:

Setor administrativo	Diretor (Presidente)
Repres. discente	1/5
Repres. funcion.	1/5
Repres. Docente	2/5 (no mínimo)
Área de adaptação	(a critério da Unidade)

## OS FUNDAMENTOS

Em resumo, são três os fundamentos desta concepção da estrutura das congregações:

1) O respeito necessário das experiências e aspirações das Unidades concretiza-se numa estrutura mínima, que é generalizada ao nível da Universidade. Evita-se assim a ocorrência de disparidades e discrepâncias que a inteira liberdade das Unidades para organizar congregações poderia acarretar.

2) as representações discentes, dos funcionários e dos professores estão respaldadas por algum tipo de mobilização reivindicatória das respectivas categorias (no caso dos estudantes, a reivindicação de 1/5 e não numa bandeira de luta que independente de seu mérito) está destituída de uma vontade que a impulsiona na UNICAMP e no País. É o caso específico da representação paritária de alunos, professores e funcionários.

3) a representação docente, eleita especificamente para este fim, será composta no mínimo por 2/5 da Congregação, repartindo-se o restante pela representação dos estudantes (1/5), dos funcionários (1/5) e setor administrativo mais área de adaptação (1/5).

## A REPRESENTAÇÃO DOCENTE E AS UNIDADES

Dentre as várias alternativas sugeridas para a composição da represen

tação docente (por categoria salarial, por Departamentos, doutores e não-doutores, etc.) a Plenária do Simpósio (realizada dia 8 de outubro) deliberou deixar às Unidades a definição desta questão. Contudo, o tipo de representação docente deverá ser aprovado por uma assembleia geral dos professores.

#### OPERACIONALIZANDO CONGREGAÇÕES

A título de exemplo, procuremos operacionalizar os princípios acima citados, tomando o caso teórico de uma Unidade dotada de 100 professores e 4 departamentos, que tenha de liberado eleger metade da representação docente pelos Departamentos e a outra metade pelo conjunto dos professores.

Podemos tomar um exemplo alternativo nesta mesma Unidade. Imaginemos que sua representação docente seja composta por 12 pessoas, cada departamento elegendo 3 representantes entre seus membros, não havendo portanto representantes eleitos pelo conjunto dos professores ao nível da Unidade. A Congregação ficaria formada assim:

setor administrativo	1 (diretor)
repr. discente	6
repr. funcion.	6
repr. docente	12
área de adaptação	5 (4 chefes de departamentos)

Esses exemplos ajudam-nos a compreender a operacionalidade dos conceitos do tipo de congregação aprovado pela Plenária do Simpósio. Entretanto, é necessário chamar a atenção para o seguinte dispositivo aprovado igualmente pela Plenária, que deverá constar dos Estatutos da UNICAMP:

os Regimentos Internos aprovados no interior das Unidades não poderão prever, no tocante à representação docente, a supremacia (ou a super-representação) de uma das categorias.

Este conceito da atual Lei de Diretrizes e Bases não deverá colocar problemas práticos para a escolha da representação docente. Deve-se enfatizar

que os Regimentos Internos não podem prever discriminações entre as categorias docentes. O atual Regimento Geral incorre nesta falta ao determinar a presença cativa dos professores titulares em todos os colegiados das Unidades. Assim, o que importa é que as eleições dos representantes docentes estejam fundamentadas na livre escolha dos professores e não num preceito estatutário que privilegie uma categoria em detrimento das demais.

#### QUESTÕES PENDENTES

Algumas questões não puderam ser delineadas a respeito do processo de constituição das Congregações, tanto ao nível das Unidades quanto no da Universidade como um todo. Elas podem ser apresentadas resumidamente através do seguinte:

- eliminação da exigência de 1/3 de professores titulares concursados para a implantação da Congregação de uma Unidade.
- instalação simultânea de todas as Congregações.
- reforma dos atuais Estatutos de tal modo que cada Unidade seja representada no Conselho Universitário por um mesmo número, independentemente de suas congregações estarem instalados ou não.
- existência de dois Conselhos superiores da UNICAMP (Conselho Diretos e Conselho Universitário) ou de apenas um deles?

#### carreira docente

As definições acerca da carreira docente não são tão precisas quanto as precedentes porque o Simpósio pode manifestar seu descontentamento com a atual estrutura da carreira sem, contudo, chegar à proposição de uma única alternativa. Chegou a algumas alternativas, todas elas localizadas conceitualmente no âmbito da atual carreira das Universidades Federais autárquicas.

Há um pressuposto básico da carreira docente que o Simpósio que adotar: a integral desvinculação dos níveis da carreira e do direito ao acesso a cargos administrativos. Em outros termos, uma desvinculação entre carreira docente e direitos políticos.

Por isso, durante o Simpósio foi pouco significativa a defesa da carreira docente vigente nas Universidades Estaduais de São Paulo. A clara preferência dos docentes recaiu sobre uma carreira estruturada de forma mais simples, dotada de critérios claros de promoção e avaliação e dividida em níveis salariais vinculados estritamente à titulação, a concursos e à avaliação periódica dos docentes.

O que aproximaria as expectativas do nosso simpósio e a carreira docente das federais autárquicas? O que as distanciaria? Em primeiro lugar, seria "tomada de empréstimo" das federais a divisão de carreira docente em 4 níveis (auxiliar, assistente, adjunto e titular), assim como o concurso público de títulos e provas como condição e ingresso nos níveis inferior e superior (conforme prescrição constitucional). Em segundo lugar, as alternativas propostas pelo Simpósio inspiraram-se na carreira das federais autárquicas para subdividir cada um dos níveis, colocando entre eles a exigência de um tempo mínimo determinado para a progressão do docente.

As diferenças são profundas, entre tanto. Ao contrário das federais, nos sa visão da carreira docente impede a progressão vertical (isto é, a passagem para o nível superior) senão mediante titulação (o mestrado como exigência para acesso ao nível de professor assistente e o doutorado, para o nível de professor adjunto) ou concurso público (para professor titular). Há ainda outra diferença: o Simpósio eliminou a promoção por tempo de serviço (que faz parte da carreira das federais autárquicas). Ado-

tando o princípio da progressão periódica mediante avaliação, cujos mecanismos estão por ser definidos, mas que será realizada no interior do Departamento e da Unidade, com direito a recurso da parte do professor. A forma desta avaliação, assim como sua "mecânica", serão abjeto de definição posterior condicionada à perspectiva geral de democratizar a carreira docente, como parte de uma democratização da vida universitária.

Tais diferenças ressaltam do exame das Propostas contidas nos Quadros 1 e 2. A Proposta da FEAA, de autoria do Prof. Satiro, fornece uma alternativa de aplicação dos preceitos dispostos acima, pressupondo que o tempo médio para a realização do mestrado na UNICAMP localize-se em torno de 3 a 4 anos: o mesmo para o doutorado. Daí por que há dois sub-níveis para os professores auxiliares e outros dois para os assistentes. São níveis sub-sequentess que totalizam 13, divididos nos quatro grandes níveis da carreira. Nos níveis 1 a 8, a avaliação do docente se daria a cada 2 anos do nível 8 até o 13, a cada 3 anos (ver Quadro 1).

A Proposta da FEC- Elétrica adota os mesmos pressupostos centrais, diferenciando-se secundariamente da Proposta do Prof. Satiro no tocante à expectativa do tempo necessário à realização do Mestrado e Doutorado (por esta razão cria a justaposição de níveis salariais, recompensando os professores das áreas nas quais geralmente levam-se mais tempo para o mestrado e o doutorado). De resto, os critérios são os mesmos (ver Quadro 4).

#### A PROPOSTA DE CARREIRA DOCENTE DA USP

A Câmara de Graduação da USP propôs uma nova carreira docente. No entanto essa "nova" carreira docente apura os defeitos da anterior. Embora essa proposta tenha sido discutida dois anos na Câmara de Graduação os docentes são chamados a dar seu parecer até o dia 31 de dezembro. E durante todo o período em que o ante-projeto esteve sob estudo daquele colegiado a comunidade não foi de modo algum comunicada sobre sua existência. E mesmo agora

não é certo que os docentes venham a debatê-lo pois ele foi enviado "à apreciação das Congregações das Unidades, que, a seu juízo, poderão ouvir os Departamentos" (grifo nosso).

Na substância o ante-projeto prevê quatro níveis de carreira sendo que os níveis de auxiliar de ensino e de assistente desaparecem. A carreira inicia, portanto, no cargo de Professor Assistente Doutor. Uma vez compro

vado que o candidato é Assistente Doutor ele deverá apresentar "dez exemplares de tese original e inédita", ou seja, para iniciar a carreira o candidato deverá ter elaborado duas teses ( a de doutoramento e a do concurso). Feito isso "as inscrições serão apreciadas pela Congregação, em votação secreta, e, uma vez julgadas em ordem, serão os candidatos declarados inscritos" ( grifo nosso ). Depois de Assistente Doutor vem a Livre Docência, para a qual se exige mais uma "tese original e inédita". Já para o último posto da carreira, a tese original e inédita poderá ser substituída por uma prova de arguição destinada a "avaliação geral da qualificação científica, literária ou artística do candidato, de acordo com o que dispuser o Regimento da Unidade". E depois de tudo isso ele será cidadão.

A concepção de trabalho científico implícito nesse ante-projeto tende a tornar impossível qualquer projeto coletivo de investigação e obriga o docente, se ele for promovido, a ficar eternamente elaborando teses inéditas e originais ( Haja campo de investigação !!! ).

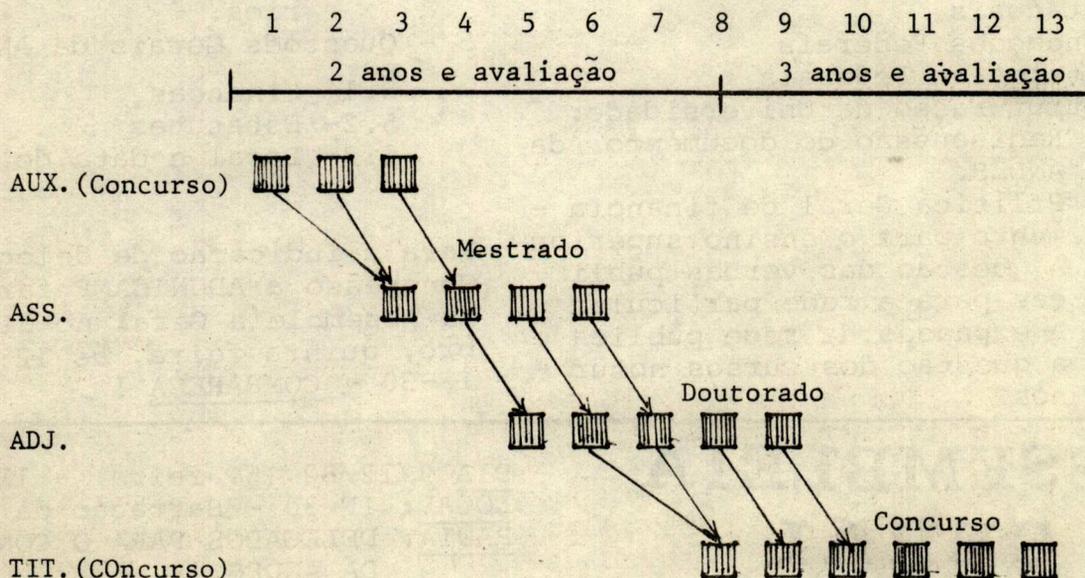
Por outro lado o art. 50º do ante-projeto de modificação do Regimento Geral da USP prevê a possibilidade da indicação de "docentes ou especialistas", não pertencentes ao corpo docente da USP, para par-

ticipar do ensino mediante gratificação por aula". No momento em que os docentes do país lutam pela extinção do regime de contratação " hora aula" na rede particular, a USP admite essa aberração no seu interior.

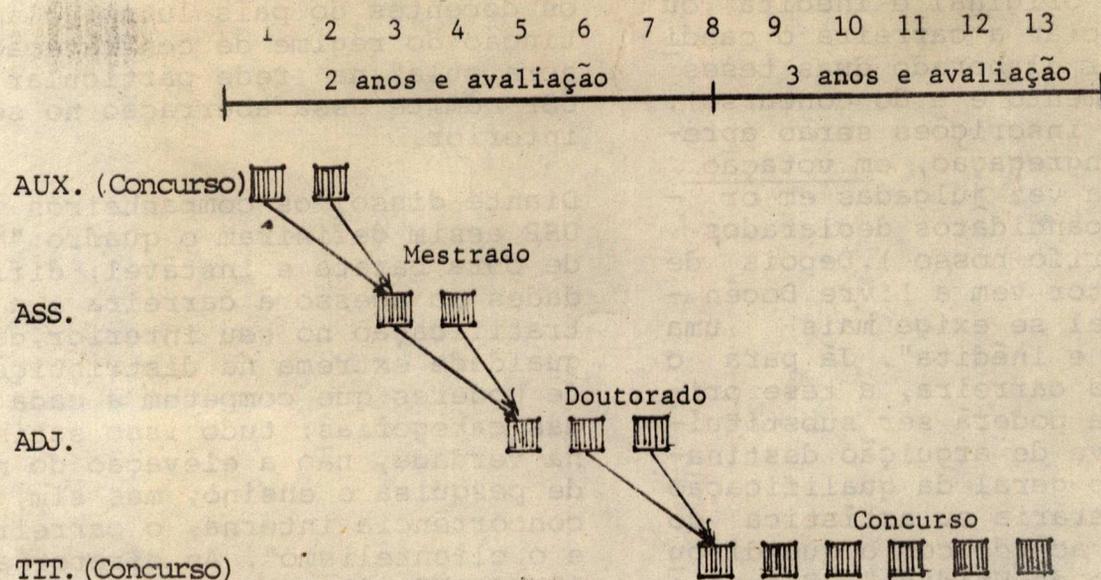
Diante disso, os companheiros da USP assim definiram o quadro: "Mão de obra barata e instável; dificuldades no acesso à carreira e a estratificação no seu interior, desigualdade extrema na distribuição de poderes que competem a cada uma das categorias; tudo isso estimula na verdade, não a elevação do nível de pesquisa e ensino, mas sim, a concorrência interna, o carreirismo e o clientelismo". As diretorias da ADUNICAMP, ADUNESP e da ANDES já se posicionaram a favor da ADUSP que propõe a suspensão da tramitação do ante-projeto e da ampla discussão dos estatutos e regimentos da USP, por um congresso da USP reunindo professores, alunos e funcionários.

A atualidade do debate da carreira docente e da reforma dos estatutos das Universidades paulistas permitirá unificar a luta por uma universidade mais democrática. Liberar-se do sufoco burocrático é condição de possibilidade da produção científica.

#### PROPOSTA DA FEC-E



PROPOSTA DA FEAA - Prof. Sátiro



ANDES 2º congresso

Fortaleza, 31.01 a 04.02.83.

PAUTA

- 1 - Avaliação do momento político educacional.
  - 1.1- Análise da política educacional do Governo.
  - 1.2- Avaliação do movimento docente.
- 2 - Campanha pelo Ensino Público e Gratuito.
  - 2.1- Avaliação
  - 2.2- Novos encaminhamentos
- 3 - Questões setoriais:
  - Particulares
  - Estaduais
  - Fundações Federais
  - Autarquias Federais
- 4 - Reestruturação da Universidade:
  - 4.1- Rediscussão do documento da ANDES.
  - 4.2- Política Geral de financiamento para o ensino superior
    - a) - A questão das verbas públicas para a rede particular
    - b) - A expansão da rede pública e a questão dos cursos noturnos.
  - c) - As agências de financiamento e a pesquisa universitária
  - d) - As fundações privadas no interior das IES públicas.
  - 4.3- Trabalho docente ( ensino, pesquisa e extensão ) e a luta por um padrão único de Universidade.
  - 4.4- Encaminhamento da luta pela Reestruturação.
  - 4.5- O Encontro Nacional de docentes, estudantes e funcionários.
- 5 - Questões Gerais da ANDES
  - 5.1- Finanças
  - 5.2- Estatutos
  - 5.3- Local e data do 7º CONAD.

Para a indicação de delegados a este Congresso a ADUNICAMP fará realizar uma Assembleia Geral no dia 09 de Dezembro, quinta feira, às 12:00 horas, na IF-30 - COMPAREÇA !

**ASSEMBLEIA  
GERAL**

DIA 9/12/82 (5ª feira) - 12 horas  
LOCAL: IF-30 - Barracão da Física  
PAUTA: DELEGADOS PARA O CONGRESSO DA ANDES.